

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro
de 2022**

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 10 de agosto de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 4 de dezembro de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	45	5	231	18.093
Investimentos de curto prazo	3	1.361	-	109.606	-
Contas a receber de clientes	4	-	-	14.423	12.412
Conta de ressarcimento	5	-	-	10.938	12.599
Estoques		-	-	1.857	1.850
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		38	35	2.200	186
Outros tributos a recuperar		-	-	1.021	924
Dividendos a receber	6	436	382	-	-
Seguros a receber	7	-	-	8.453	8.453
Outros ativos		-	-	2.584	2.653
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		1.880	422	151.313	57.170
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Conta de ressarcimento	5	-	-	-	364
Cauções e depósitos vinculados		-	-	10.639	10.518
Tributos diferidos		-	-	4.562	-
Investimentos em controladas	8	549.449	319.037	-	-
Imobilizado, líquido	9	-	-	507.938	514.205
Intangível, líquido		-	-	366	507
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		549.449	319.037	523.505	525.594
TOTAL DO ATIVO		551.329	319.459	674.818	582.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	9	-	2.451	3.627
Contas a pagar partes relacionadas	6	-	-	210.207
Conta de ressarcimento	5	-	-	21.498
Passivo de arrendamento	10	-	1.152	361
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	585	1.112
Tributos a pagar	1	-	1.627	655
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6	754	273	759
Outras obrigações	-	-	1.550	1.535
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	764	273	8.124	239.268
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Conta de ressarcimento	5	-	88.797	5.735
Passivo de arrendamento	10	-	22.260	7.666
Tributos diferidos	-	-	-	3.593
Provisão para desmobilização	-	-	4.051	6.448
Outras obrigações	-	-	1.021	868
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	116.129	24.310
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado	520.378	352.197	520.378	352.197
Reservas de capital	(2.369)	(45.051)	(2.369)	(45.051)
Reserva de lucros	32.556	12.040	32.556	12.040
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	550.565	319.186	550.565	319.186
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	551.329	319.459	674.818	582.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	12	-	-	106.082	22.574
Custo de produção e operação de energia	13	-	-	(85.788)	(15.350)
LUCRO BRUTO		-	-	20.294	7.224
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		-	(89)	(272)	(660)
Outras (despesas) receitas operacionais		(159)	93	(248)	(100)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(159)	4	(520)	(760)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(159)	4	19.774	6.464
Resultado de equivalência patrimonial	8	21.123	11.655	-	7.868
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		37	-	9.000	525
Despesas financeiras		(3)	-	(6.166)	(1.577)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	14	34	-	2.834	(1.052)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		20.998	11.659	22.608	13.280
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(7.648)	(1.033)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	6.038	(588)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	15	-	-	(1.610)	(1.621)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.998	11.659	20.998	11.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	20.998	11.659	20.998	11.659
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	20.998	11.659	20.998	11.659

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido Consolidado
				Reserva legal	Reservas de investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020		169.458	(2.371)	634	22	-	167.743
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.659	11.659
Aumento de capital		182.739	-	-	-	-	182.739
Redução de capital		-	(42.682)	-	-	-	(42.682)
Constituição da reserva de investimentos		-	2	-	-	-	2
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(275)	(275)
Reserva de lucros (orçamento de capital)		-	-	-	11.384	(11.384)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11	352.197	(45.051)	634	11.406	-	319.186
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.998	20.998
Aumento de capital		210.863	-	-	-	-	210.863
Redução de capital		(42.682)	42.682	-	-	-	-
Constituição da reserva de investimentos		-	-	-	20.516	(20.516)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	(62)	(62)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(420)	(420)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11	520.378	(2.369)	634	31.922	-	550.565

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do exercício	20.998	11.659	20.998	11.659
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	13	-	25.797	4.487
Atualização monetária sobre ressarcimento	14	-	2.592	-
Juros sobre arrendamento	14	-	2.008	729
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	14	(14)	(6.947)	-
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	14	-	(1.379)	(415)
Resultado de equivalência patrimonial		(21.123)	(11.655)	(7.868)
Variação dos ativos e passivos operacionais	9	1	(154.407)	19.804
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(6.432)	(4.342)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	10	-	(2.008)	(769)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	(106.284)	-
Juros resgatados de cauções e depósitos vinculados		-	552	-
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		-	2.684	-
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(130)	(222.826)	23.285
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	9	-	(5.397)	(1.777)
Dividendos a receber		1.400	-	-
Aumento de capital em controladas	8	(210.743)	-	(6.923)
Redução de capital em controladas	8	-	42.682	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		(1.350)	-	46.689
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		(210.693)	(5.397)	37.989
Atividades de financiamentos:				
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		-	583	-
Aumento de capital	11	210.863	210.863	-
Redução de capital	11	-	(42.682)	(42.682)
Pagamentos de arrendamentos (principal)	10	-	(1.085)	(499)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		210.863	(42.682)	210.361
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		40	5	(17.862)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		5	18.093	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		45	5	231
				18.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (“Empresa”), com sede na Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade limitada, controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”) e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Foi constituída em 13 de abril de 2020 e tem por objeto social a participação em outras sociedades no país, como sócio quotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados à exploração do ramo de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

A Empresa possui 3 unidades produtoras de energia eólica:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2022	2021
Controladas diretas:				
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	Geração eólica	Macau, RN	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	Geração eólica	Galinhos, RN	100%	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Galinhos, RN	100%	100%

Complexo Eólico Ventus:

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Miassaba	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Brasventos Eolo	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Rei dos Ventos	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Total							112	187,0	65,8

Comercialização de energia:

Em 31 de dezembro de 2022, o complexo possuía 100% de sua energia contratada no ACR, conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Miassaba	2º LER/2009	CCEE	184.316	325,34	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Brasventos Eolo	2º LER/2009	CCEE	160.999	326,84	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Rei dos Ventos	2º LER/2009	CCEE	165.102	327,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 4 de dezembro de 2023, a Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Empresa e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Empresa, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Empresa prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Empresa. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Empresa, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Empresa faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes

nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Empresa são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Empresa avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Empresa foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Empresa pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	45	5	231	153
Subtotal	45	5	231	153
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	1.361	-	109.606	17.940
Subtotal	1.361	-	109.606	17.940
Total	1.406	5	109.837	18.093

4 CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	2022	2021
Consumidores livres	13.888	12.412
Partes relacionadas	535	-
	14.423	12.412

5 CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2009) celebrados entre a Empresa e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2022.

	Consolidado	
	2022	2021
	Ativo	Ativo
Ativo circulante		
Conta de ressarcimento	10.938	12.599
Ativo não circulante		
Conta de ressarcimento	-	364
Subtotal	10.938	12.963
	Passivo	Passivo
Passivo circulante		
Conta de ressarcimento	-	(21.498)
Passivo não circulante		
Conta de ressarcimento	(88.797)	(5.735)
Subtotal	(88.797)	(27.233)
Total	(77.859)	(14.270)

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	-
Efeito da contribuição de capital	13.272	(28.608)
Adição / reversão	(309)	1.375
Saldos em 31 de dezembro de 2021	12.963	(27.233)
Adição / reversão	-	(59.336)
Ressarcimento contratual	(1.661)	-
Transferência	(364)	364
Atualização monetária	-	(2.592)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.938	(88.797)
Circulante	10.938	-
Não circulante	-	88.797

Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo líquido de ressarcimento da Empresa em 31 de dezembro de 2022 está passivo em R\$77.859, refere-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2303/2019.

O Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

O *Constrained-off* pode ser definido como a redução de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *Constrained-off* de usinas.

6 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	157	136	-	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	126	138	-	-
Rei dos Ventos Geradora de Energia S.A.	153	108	-	-
Subtotal	436	382	-	-
Total do ativo	436	382	-	-
Passivo circulante				
Dividendos a pagar				
AES Brasil Operações S.A.	(40)	(273)	(45)	(273)
Guaimbê Solar Holding S.A.	(714)	-	(714)	-
Subtotal	(754)	(273)	(759)	(273)
Contas a pagar				
AES Brasil Operações S.A. (i)	-	-	-	(210.207)
Subtotal	-	-	-	(210.207)
Total do passivo	(754)	(273)	(759)	(210.480)
Total líquido de partes relacionadas	(318)	109	(759)	(210.480)

- (i) Em novembro de 2021, por meio de um aditivo, houve assunção dos empréstimos e financiamento pela controladora indireta AES Operações. Em contrapartida, houve a constituição de um mútuo, divulgado na rubrica de “Contas a pagar com partes relacionadas”, no montante de R\$210.207. Em janeiro de 2022, houve a liquidação total deste mútuo.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores da Empresa são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários serão pagos pelo acionista.

7 SEGUROS A RECEBER

Em fevereiro de 2021, ocorreu um sinistro nas turbinas eólicas das Controladas Miassaba, Brasventos Eolo e Rei dos Ventos no montante total de R\$ 8.453 (R\$ 32 da Miassaba, R\$ 26 da Brasventos Eolo e 8.395 da Rei dos Ventos).

Em decorrência do processo de validação, confirmação e concordância quanto aos montantes devidos junto à seguradora, a expectativa para a liquidação total dos sinistros relacionados à perda das unidades de turbinas eólicas ocorra no mês de dezembro de 2023, de acordo com os termos e condições da apólice.

8 INVESTIMENTOS

A Empresa detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Composição do investimento	Controladora	
	2022	2021
Participação societária permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	549.449	319.037
Total	549.449	319.037

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	127.570	68.918	7.985	(19)	204.454
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	99.339	72.633	6.465	(1.418)	177.019
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	92.128	69.192	6.673	(17)	167.976
Total	319.037	210.743	21.123	(1.454)	549.449

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito de aquisição	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	70.003	75.324	(22.061)	4.440	(136)	127.570
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	50.821	55.922	(11.497)	4.230	(138)	99.339
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	46.883	51.493	(9.124)	2.985	(108)	92.128
Total	167.707	182.739	(42.682)	11.655	(382)	319.037

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	184.152.813	100%	184.153	196.593	7.985
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	158.657.077	100%	158.657	168.116	6.465
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	157.103.220	100%	157.103	163.343	6.673
Total			499.913	528.052	21.123

9 IMOBILIZADO

A Empresa utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Empresa deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado			Consolidado
	2022			2021
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação	Saldos líquidos
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,65%	166.246	(58.949)	107.297
Máquinas e equipamentos	3,45%	589.398	(215.484)	373.914
Móveis, utensílios e outros	6,25%	293	(78)	215
Veículos		898	(252)	646
Imobilizado em serviço		756.835	(274.763)	482.072
Imobilizado em curso (i)		3.816	-	3.816
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	25.421	(3.371)	22.050
Total líquido		786.072	(278.134)	507.938

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Empresa reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Empresa reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos, depreciados à taxa de 3,33% a.a.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	CONSOLIDADO					Saldo em 31 de dezembro de 2022
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão para desmantelamento	Transferências (i)	Reclassificações	
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	166.246	166.246
Máquinas e equipamentos	752.280	-	(2.478)	2.346	(162.750)	589.398
Móveis e utensílios e outros	168	-	-	125	-	293
Veículos	249	-	-	-	649	898
Em curso	4.955	5.397	-	(2.389)	(4.147)	3.816
Direito de uso do terreno arrendado	8.950	16.470	-	-	1	25.421
Subtotal	766.602	21.867	(2.478)	82	(1)	786.072
Depreciação	(252.397)	(25.397)	(358)	17	1	(278.134)
Total	514.205	(3.530)	(2.836)	99	-	507.938

- (i) O montante de R\$ 99 refere-se à transferência de intangível para ativo imobilizado.

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Efeito de aquisição	Adições	Transferências	Baixas	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Máquinas e equipamentos	-	761.424	-	576	576	(9.720)	752.280
Móveis e utensílios e outros	-	167	-	1	1	-	168
Veículos	-	249	-	-	-	-	249
Em curso	-	2.045	3.487	(577)	(577)	-	4.955
Direito de uso do terreno arrendado	-	8.950	-	-	-	-	8.950
Subtotal	-	772.835	3.487	-	-	(9.720)	766.602
Depreciação	-	(227.557)	(27.804)	-	-	2.964	(252.397)
Total	-	545.278	(24.317)	-	-	(6.756)	514.205

A Empresa revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

10 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As controladas possuem contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial e referem-se à aluguel de terrenos, para os quais as controladas da Empresa passaram a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado (vide nota explicativa nº 5).

Para definição dos contratos a serem avaliados, as controladas da Empresa consideraram os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

O terreno foi arrendado pelo prazo remanescente do contrato principal, com vigência até novembro de 2050. Além disso, foram considerados spread bancário, prazo dos contratos de arrendamentos, garantias oferecidas e projeção de inflação média de 3,95% a.a. A taxa de desconto utilizada é de 10,08% a.a.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

	2022
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-
Efeito da aquisição	8.387
Encargos financeiros	729
Pagamento de encargos	(590)
Pagamento de principal	(499)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.027
Remensuração	16.470
Encargos financeiros	2.008
Pagamento de encargos financeiros	(2.008)
Pagamento de principal	(1.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	23.412

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<u>CIRCULANTE</u>	
2023	1.152
Subtotal	1.152
<u>NÃO CIRCULANTE</u>	
2024	1.257
2025	1.372
2026	1.498
2027	1.635
2028	1.784
Após 2028	14.714
Total	22.260

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$520.378 (R\$ 352.197 em 31 de dezembro de 2021) representado por 520.377.671 (352.197.214 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

11.2 Reserva de lucros

Para atender a projeto de investimento, a Empresa poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$ 20.516 (R\$11.406 em 31 de dezembro de 2021).

11.3 Destinação do resultado

O estatuto social da Empresa estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 31 de maio de 2022, a Empresa distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 62. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Empresa e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Empresa transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Empresa é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2022	2021
Receita com energia elétrica faturada	157.712	24.824
Ressarcimento de energia	(47.926)	(1.039)
Receita operacional bruta	109.786	23.785
(-) Pis e Cofins	(3.704)	(1.211)
Total	106.082	22.574

13 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	2022	2021
<u>Custo de Produção e Operação de Energia</u>		
Mercado de curto prazo (SPOT)	(20)	(67)
Encargos de transmissão	(29.021)	(6.203)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(689)	(112)
Subtotal	(29.730)	(6.382)
<u>Custo da operação</u>		
Material	(668)	(22)
Serviços de terceiros	(27.104)	(4.094)
Depreciação e amortização	(25.797)	(4.430)
Seguros	(2.518)	-
Arrendamentos e aluguéis	63	(422)
Outros custos operacionais	(34)	-
Subtotal	(56.058)	(8.968)
Total	(85.788)	(15.350)

14 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	14	-	8.326	516
Variações monetárias	-	-	1	9
Atualização de créditos tributários	-	-	33	-
Outras receitas financeiras	23	-	640	-
Subtotal	37	-	9.000	525
Despesas financeiras				
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.008)	(110)
Atualização de provisão desmobilização	-	-	(81)	(19)
Encargos de dívidas	-	-	-	(1.346)
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	(2.592)	-
Tarifas e encargos bancários	(2)	-	(1.485)	(1)
Outras despesas financeiras	(1)	-	-	(101)
Subtotal	(3)	-	(6.166)	(1.577)
Total	34	-	2.834	(1.052)

15 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Empresa apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, onde não apurou lucro tributável. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2022.

No regime sobre o lucro real apurado pela Empresa, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Empresa não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Consolidado	
	2022	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional tributável	169.313	169.313
Aliquota lucro presumido operacional tributável	8%	12%
Lucro presumido	13.545	20.318
Outras receitas	3.400	3.400
Base de cálculo	16.945	23.718
Aliquota efetiva	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(2.542)	(2.135)
Adicional (10%)	(1.623)	
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)		
Ajustes exercícios anteriores	(1.028)	(320)
Outros ajustes	368	(369)
IRPJ e CSLL corrente	(4.824)	(2.824)
IRPJ e CSLL diferido	3.920	2.118
Total tributos no resultado	(904)	(706)

	Consolidado	
	2021	
	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:		
Na rubrica de tributos:		
Corrente	(694)	(339)
Diferidos	(410)	(178)
Total	(1.104)	(517)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:		
Resultado antes dos tributos	13.280	13.280
Adições (exclusões):		
Ajuste lucro presumido	(8.864)	(7.533)
Total das adições (exclusões)	(8.864)	(7.533)
Resultado ajustado	4.416	5.747
Alíquota nominal	25%	9%
Tributos	(1.104)	(517)
Total da despesa com tributos	(1.104)	(517)
Alíquota efetiva	8,3%	3,9%

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

16.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa e suas controladas são como segue:

	Consolidado				Categoria	
	2022		2021			
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil		Valor justo
ATIVO (circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	3	231	231	18.093	18.093	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	109.606	109.606	-	-	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4	14.423	14.423	12.412	12.412	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		10.639	10.639	10.518	10.518	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	-	-	12.963	12.963	Custo amortizado
Total		134.899	134.899	53.986	53.986	
PASSIVO (circulante e não circulante)						
Fornecedores		2.451	2.451	3.627	3.627	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	6	-	-	210.207	210.207	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	6	759	759	273	273	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	10	23.412	23.412	8.027	8.027	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	5	88.797	88.797	27.233	27.233	Custo amortizado
Total		115.419	115.419	249.367	249.367	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

16.2 Gerenciamento de riscos

A Empresa e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Empresa e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Empresa possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Empresa concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Empresa.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Empresa e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Empresa e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Empresa e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Empresa e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Empresa: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Empresa: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 202 é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	231	18.093
Investimentos de curto prazo	109.606	-
Contas a receber de clientes	14.423	12.412
Cauções e depósitos vinculados	10.639	10.518
Total	134.899	41.023

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Empresa e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Empresa, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Empresa e suas controladas. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro 2022	Menos de 3 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.451	-	-	-
Passivo de arrendamento	1.152	1.257	4.505	16.498
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	759	-	-
Total	3.603	2.016	4.505	16.498

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2022.

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Empresa e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Caixa e equivalentes de caixa	109.837
Contas a receber de clientes	14.423
Cauções e depósitos vinculados	10.639
Ativo de ressarcimento	10.938
Passivo de arrendamento	(23.412)
Passivo de ressarcimento	(88.797)
Total	33.628

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, garantias de financiamento e ressarcimento.

Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%
Investimentos de curto prazo	CDI	109.606	16.456	20.501	24.559	28.616	32.673
Impacto no resultado			16.456	20.501	24.559	28.616	32.673
Total da exposição líquida			16.456	20.501	24.559	28.616	32.673

Cauções (Garantias de financiamento)	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%
Cauções (Garantias de financiamento)	CDI	10.639	1.597	1.990	2.384	2.778	3.171
Impacto no resultado			1.597	1.990	2.384	2.778	3.171
Total da exposição líquida			1.597	1.990	2.384	2.778	3.171

Ressarcimento	Risco	Posição em 31.12.2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - Ativo	IPCA	10.938	1.141	1.294	1.448	1.602	1.756
Ressarcimento - Passivo	IPCA	88.797	9.261	10.503	11.755	13.007	14.258
Impacto no resultado			10.402	11.797	13.203	14.609	16.014
Total da exposição líquida			10.402	11.797	13.203	14.609	16.014

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Empresa estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Ventus Holding baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Empresa, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro

não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

17 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2023, houve uma redução de capital pela Guaimbê Solar Holding S.A., no montante de R\$87.615, com valor nominal R\$1,00 cada.